



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

IBGE: prévia da inflação ficou em 0,55% em janeiro

A prévia da inflação de janeiro teve alta de 0,55%, após o índice de 0,52% registrado em dezembro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado hoje (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que os maiores impactos vieram dos setores da saúde e cuidados pessoais (1,10%), alimentação e bebidas (0,55%), com 0,14 ponto percentual (p.p.) e 0,12 p.p. respectivamente.

Nos últimos 12 meses, a variação do IPCA-15 foi de 5,87%, abaixo dos 5,90% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2022, o índice ficou em 0,58%. Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 25 de janeiro.

Medicamentos devem ter reajuste duplo em 2023

O preço dos medicamentos deve subir duas vezes em 2023 em 15 estados que elevaram as alíquotas de ICMS ou os preços de referência para aplicação deste imposto.

A mudança na tributação local irá se somar ao reajuste anual de preços autorizado a partir de 1º de abril para todo o país.

No final de 2022, 12 estados elevaram as alíquotas de ICMS sobre diversos produtos, como forma de compensar o corte no imposto sobre combustíveis e energia elétrica. Os medicamentos estão entre esses itens que terão aumento de carga tributária neste ano.

O novo ICMS entra em vigor em março em sete estados: Bahia, Piauí, Paraná, Pará, Sergipe, Amazonas e Roraima. A mudança vale a partir de 1º de abril em outros cinco: Acre, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Tocantins. As alíquotas estão atualmente em 17% ou 18% nesses locais. As novas variam de 19% a 22%, segundo levantamento da empresa SimTax.

Dois estados fizeram alterações na base de cálculo que já estão em vigor: Minas Gerais e Espírito Santo. Em São Paulo, a nova base começa a valer em 1º de fevereiro.

O Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) enviou ofício a 12 secretarias de Fazenda para pedir a manutenção das alíquotas atuais de ICMS sobre medicamentos.

Também solicitou que o governo de São Paulo adie a aplicação dos novos preços de referência para 1º de março, por causa de problemas detectados na lista com a mudança na base de cálculo.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado informou nesta terça (24) que já havia prorrogado de agosto do ano passado para fevereiro deste ano a aplicação dos novos preços e que manterá contatos com o setor para tratar de casos pontuais como os citados pelo Sindusfarma. "Cabe observar que a edição da portaria pela Sefaz-SP já prevê o tratamento para esses casos, o que será devidamente esclarecido aos representantes do setor farmacêutico."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 25 de janeiro.

Petrobras anuncia reajuste de 7,5% no preço da gasolina às distribuidoras

A Petrobras anunciou na manhã desta terça-feira, 24, que vai elevar em 7,5% o preço da gasolina para as distribuidoras na suas refinarias a partir da quarta-feira, 25. O preço do litro do combustível passará de R\$ 3,08 para R\$ 3,31 por litro, um aumento de R\$ 0,23, informa a estatal.

A defasagem dos preços da gasolina em relação ao mercado internacional atingiu 15% na segunda-feira, seguindo a volatilidade do preço do petróleo. O diesel, por sua vez, não tem sido tão pressionado devido ao temor de uma recessão global e incertezas em relação à recuperação chinesa.

A Petrobras estava há 50 dias sem alterar o preço da gasolina, enquanto a Acelen, controladora da Refinaria de Mataripe, na Bahia, subiu o preço do combustível na semana passada.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 25 de janeiro.

Home office é adotado por 33% das empresas no Brasil, diz FGV

A adoção do trabalho remoto, total ou parcialmente, caiu em 2022 com a flexibilização das restrições relacionadas à pandemia, mas está longe de voltar aos níveis verificados antes da crise sanitária.

Sondagens da FGV mostram que o percentual de empresas que adotam o sistema de home office passou de 58% em 2021 para 33% em 2022 e que 34% dos trabalhadores prestam serviço de forma remota ou híbrida (semipresencial) —eram 55% um ano antes.

Antes da pandemia, cerca de 7% das empresas tinham empregados trabalhando à distância.

Os números fazem parte de um trabalho dos pesquisadores Stefano Pacini, Rodolpho Tobler e Viviane Seda Bittencourt com base nas sondagens empresariais e do consumidor do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) em outubro de 2021 e de 2022.

De acordo com os responsáveis pelas sondagens, as empresas esperavam, a partir da normalização dos negócios, que o modelo de trabalho remoto diminuísse significativamente, o que efetivamente não aconteceu.

"Havia um processo de aumento do home office muito lento antes da pandemia, que foi acelerado. A tendência agora é normalizar perto do que a gente tem hoje. A gente já vive um momento de poucas restrições, e as empresas também estão vendo o que é possível ou não fazer à distância", afirma Rodolpho Tobler, do FGV Ibre.

A indústria é o setor com maior percentual de empresas com algum funcionário que trabalha remotamente pelo menos uma vez por semana, com 49% das companhias adotando o sistema. Nos serviços, são 40%. No varejo e na construção, os números giram em torno de 10%.

No segmento de serviços de informação e comunicação o percentual chegou a 90% em 2021 e estava em 74% em 2022. Nos serviços prestados às famílias, aqueles que mais dependem do contato presencial com o cliente, caiu de 37% para 13%.

As empresas com funcionários em home office reportam aumento médio de 23% na produtividade. Entre os trabalhadores, a maioria (41%) se considera mais produtivo ou igualmente produtivo (38%) no trabalho remoto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 25 de janeiro.

Aneel contabiliza 11 ataques ao sistema de transmissão, com quatro torres derrubadas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atualizou a contagem de ocorrências relacionadas a torres de transmissão ao longo do mês de janeiro. Já são 11 ocorrências (3 em Rondônia, 4 no Paraná, 3 em São Paulo e 1 no Mato Grosso) nas quais 4 torres foram derrubadas (3 em Rondônia e 1 no Paraná) e 16 danificadas (6 no Paraná, 3 em São Paulo, 6 em Rondônia, 1 em Mato Grosso).

As avarias começaram a ser registradas na noite de 8 de janeiro - data em que grupos extremistas atacaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília -, mas não há, até o momento, comprovação de que os eventos estejam relacionados.

Os atos estão sendo acompanhados por um comitê que reúne Aneel, Ministério de Minas e Energia (MME) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em relatórios enviados à agência reguladora, algumas empresas apontaram a identificação de indícios de "sabotagem" e "vandalismo".

A agência informou que não foi registrada interrupção de transmissão da energia e que tem interagido e mantido agendas de trabalho com a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Agência Brasileira de Inteligência para compartilhamento e troca de informações, além do repasse dessas informações ao MME.

Ao Broadcast Energia (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, explicou que a regulamentação do setor de transmissão prevê que, quando há indisponibilidade do serviço, o concessionário recebe uma receita menor pela prestação do serviço, salvo em situações de caso fortuito ou força maior. Ele afirmou que a agência analisará os relatórios encaminhados pelas empresas ao ONS e à própria agência.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 25 de janeiro.